



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
*Quarta Inspeção de Controle Externo*

**TCDF - 4ª ICE/1ª DI**

Folha nº 35

Processo nº 5241/93

Rubrica

PROCESSO Nº 5241/93

APENSO Nº 030-008911/91-GDF

ÓRGÃO DE ORIGEM: Secretaria de Estado de Gestão Administrativa - SGA.

ASSUNTO: **Pensão civil.**

EMENTA: Pensão temporária concedida a **LUANA CORIOLANO PEREIRA, EDUARDO CORIOLANO PEREIRA e JOSÉ HENRIQUE CORIOLANO PEREIRA**, instituída pela ex-servidora Cícera Miguel Pereira, matrícula nº 30.304-6, no cargo em comissão de Chefe do Serviço de Administração do Parque Recreativo do Gama, Símbolo DF-10, nos termos do artigo 1º da Lei nº 6.782/80 e do § 5º do artigo 40 da CRFB, de acordo com o ato publicado no DODF de 16.10.91, retificado pelo ato publicado no DODF de 10.3.00.  
Cumprimento de diligência. **Legalidade com recomendação.**

Senhor Diretor:

Trata o presente processo da concessão de pensão especial instituída pela ex-servidora Cícera Miguel Pereira, falecida em atividade em 26.5.91, com base no artigo 1º da Lei nº 6.782/80 e no § 5º do artigo 40 da CRFB, nos termos mencionados na ementa.

2. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Certidão de óbito do instituidor: fl. 7 - apenso;
- Ato concessório: fl. 31 - apenso, retificação: fls. 49/51 - apenso;
- Demonstrativo de tempo de serviço: fl. 53 - apenso;
- Título de pensão: fl. 55 - apenso.

3. A ex-servidora era ocupante exclusivamente de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com o serviço público distrital. Registre-se que ela exerceu o cargo de Chefe do Serviço de Administração do Parque Recreativo do Gama, Símbolo DF-10, no período de 3.4.89 a 3.2.91 (fls. 45 a 47 do apenso), vindo a óbito em 26.5.91 (fl. 7 do apenso). Note-se, ainda, que a ex-servidora esteve em licença médica no período compreendido entre 21.2.90 e 3.3.91 (fl. 65 do apenso), tendo a licença sido prorrogada até o falecimento da interessada (25 a 28 do apenso).

4. A requerimento da interessada, a Administração efetuou o pagamento da remuneração do cargo em comissão relativamente ao período que medeia da exoneração ao término da licença (fls. 59 a 78 do apenso). Nada obstante, constatamos que o ato de fls. 46/47 - apenso não chegou a ser retificado com vistas a alterar a data a partir da qual foi exonerada a ex-servidora para 26.5.91.



5. Em primeiro lugar, frise-se que, como o falecimento da ex-servidora ocorreu em 1991 (vigência da Lei nº 1.711/52), a pensão por ela instituída está submetida à disciplina específica da Lei nº 3.373/58 no que se refere aos critérios para a apuração dos beneficiários, na forma da Decisão nº 8.639/97 (Processo nº 3533/96) e da Decisão nº 10.651/98 (Processo nº 1753/97). Quanto à concessão de pensão a beneficiários de servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão cujo óbito se deu na vigência da Lei nº 1.711/52, podemos citar como precedentes os Processos nºs 488/89 e 2035/85.

6. Na SO nº 3.464, de 23.11.99, o Tribunal já se manifestou favoravelmente ao registro da presente concessão (Decisão nº 9.510/99, fl. 27). Deveras, afirma o nobre Conselheiro José Eduardo Barbosa no voto (de vista) condutor daquela decisão:

*“Deste modo, havendo o servidor comissionado completado o tempo de serviço mínimo ou constatada a sua invalidez até 16 de dezembro de 1998, pode ele aposentar-se. E, coerentemente, ocorrendo seu óbito até esta data, os beneficiários têm direito à pensão.*

*Por todo o exposto, com a vênua do douto Conselheiro Relator, tendo em vista o que foi decidido pelo Tribunal no processo nº 6649/91 e à guisa de uniformizar a jurisprudência, considero viável a presente concessão (...)*” (fls. 24/25).

7. Os documentos de fls. 44 a 56 - apenso atendem ao determinado à fl. 27.

8. A fundamentação legal da presente concessão encontra-se correta, conforme se verifica no respectivo ato.

9. A apuração do tempo de serviço deu-se na forma das normas legais pertinentes à matéria.

10. O valor demonstrado no título de pensão foi calculado corretamente, em conformidade com os dispositivos legais constantes da ementa, observando-se a situação funcional da ex-servidora na data de seu falecimento.

11. Pelo exposto, sugere-se, nos termos do artigo 11, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 101/98-TCDF e da Decisão nº 10.085/99, considerar legal, para fins de registro, a concessão em exame, recomendando à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria:

a) renumerar o Processo nº 030-008911/91 a contar da fl. 59.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
*Quarta Inspeção de Controle Externo*

**TCDF - 4ª ICE/1ª DI**

Folha nº 37

Processo nº 5241/93

Rubrica

À consideração superior.

Brasília, 4 de outubro de 2000.

**Michel Martins de Moraes**  
Analista de Finanças e Controle Externo  
Matr. nº 461-8